

FMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Data 03/03/94		
Caderno 1º	Folha 10	
Seção		
Assunto Habitação		



Fotos de Paulo Macedo

Juiz Raimundo Carvalho informou aos autores da ação que resultado só sai em 15 dias

Setha tem cinco dias para mostrar defesa na Justiça

A prefeitura municipal de Salvador tem cinco dias, a partir de hoje, para apresentar por escrito sua versão sobre a atuação da Secretaria de Terras e Habitação do Município (Setha) na invasão Nova Constituinte, localizada no bairro de Periperi. Segundo o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Raimundo de Souza Carvalho, este prazo é assegurado pelo parágrafo único do Artigo 928 do código de processo civil a qualquer pessoa jurídica de direito público envolvida em um processo. Só depois de avaliar a posição da Setha é que o juiz poderá conceder, ou não, a liminar solicitada pelos autores da ação de interdito proibitório com indenização. O processo 5616, que acusa o órgão de ter invadido ilegalmente e desmatado vários lotes na Travessa Vieira, também conhecida como Rua da Boa Esperança, está tramitando desde o último dia 28.

De acordo com o secretário da Setha, Inácio Gomes, a área em questão é propriedade do município desde 1988, quando foi dada por Edmundo Visco, ex-proprietário, como forma de pagamento por uma antiga dívida com a prefeitura (Registro 22.303 lavrado no 10º Ofício de Notas). Segundo ele, o órgão pretende assentar no local mais de 60 famílias que atualmente estão correndo risco de vida na invasão Yolanda Pires. A Codesal já condenou a região que, por causa de uma falha geológica na encosta, pode sofrer a qualquer momento um deslizamento de terra, acompanhado de desabamentos de casas e soterramentos. "A situação é de emergência, quando chove fico apreensivo a cada chamada telefônica", disse.

Gomes garante que tentou uma negociação com as pessoas da área

em juízo e que muitos aceitaram diminuir os loteamentos para 80m², que é considerado um lote padrão. O secretário argumenta ainda que os documentos apresentados à justiça por aqueles que se dizem proprietários não tem validade legal. "O que existe no local é especulação em áreas de até 600m²".

Mais de dez autores da ação contra a prefeitura estiveram ontem no Fórum Ruy Barbosa para saber do andamento do processo. É unânime a insatisfação do grupo. Eles acreditam que a Setha deveria ter tentado um acordo que respeitasse o direito de posse daqueles que sobrevivem no local há muitos anos. "Queremos também a indenização pelos prejuízos causados a nossas plantações", observou Domingos Santos, que garante ter perdido 80% da produção de frutas e hortaliças".